

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

**JOSÉ ROBERTO DA CRUZ JÚNIOR**

**SOCIOLOGIA UMA MATÉRIA DO TEMPO PRESENTE: REEDUCAR AS  
RELAÇÕES ÉTICO-RACIAIS**

Porto Alegre

2018

**JOSÉ ROBERTO DA CRUZ JÚNIOR**

**SOCIOLOGIA UMA MATÉRIA DO TEMPO PRESENTE: REEDUCAR AS  
RELAÇÕES ÉTICO-RACIAIS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, a ser apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Dra. Luciana Garcia de Mello**

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Cruz, José Roberto Júnior  
Sociologia uma matéria do tempo presente:  
reeducar as relações étnico-raciais / José Roberto  
Júnior Cruz. -- 2018.  
55 f.  
Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Relações étnico-raciais. 2. educação  
antirracista. 3. Ensino de Sociologia. 4. Lei  
10.639\2003. 5. Racismo. I. Mello, Luciana Garcia  
de, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

### **AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado Sociologia uma matéria do tempo presente: reeducar as relações ético-raciais, de autoria de José Roberto da Cruz Júnior, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 29 de junho de 2018.

Assinatura:

Prof. Dra. Luciana Garcia de Mello

José Roberto da Cruz Júnior

**SOCIOLOGIA UMA MATÉRIA DO TEMPO PRESENTE: REEDUCAR AS  
RELAÇÕES ÉTICO-RACIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul para obtenção do grau de Licenciado em  
Ciências Sociais

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Luciana Garcia de Mello (Orientadora)

---

Prof. Dr. Leandro Raizer (UFRGS)

Porto Alegre, julho de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família, que sempre esteve comigo em todos estes anos de formação. Ter contado com o apoio deles foi e sempre será fundamental na minha vida, fonte sempre inesgotável de amor e carinho constituem o meu porto seguro, principalmente nos momentos em que tive minhas dúvidas e apreensões para chegar neste momento. Nominalmente cito minha mãe Suzana, que sempre acreditou em minhas capacidades me incentivando a seguir adiante, e ousar atingir meus objetivos, mulher que contém uma originalidade única por sua força e perseverança. Aos meus irmãos Priscila e Gustavo, que fazem parte deste trabalho pelas conversas, debates e experiências que compartilhamos nestes anos todos, e toda a força de união que temos que me fizeram um sujeito mais solidário. Aos meus avós, Hermínio e Margarida, Ernestina, meu pai José, e todo o restante de minha família que também constituíram o indivíduo que sou, e participaram indiretamente na construção da visão de um mundo melhor e mais justo, e a todos eles dedico este trabalho.

A todos os meus amigos, que constitui em todos estes anos, e que sempre estiveram comigo, mesmo que outras prioridades tomassem o tempo e me obrigassem a deixá-los. Por todos estes anos juntos Guilherme, Dudão, Dudu só sinto alegria; e a Juliana que mesmo estando muito longe, sempre foi fonte de energia renovadora para mim.

Agradeço a todos os professores e professoras, que responderam tão calorosamente as questões que alicerçam este trabalho. Sem a importante contribuição desses indivíduos o curso deste trabalho seria completamente diferente, e me sinto muito feliz por tê-los conhecidos e pelo esforço que tem realizado para efetivar o Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Por fim, agradeço ao meu partido e a todos os camaradas que partilham comigo a ideia de um mundo melhor, mais justo e capaz de satisfazer todas as necessidades dos seres humanos. Lutar pela emancipação completa da humanidade, é um valor que atravessa os meus sonhos e desejos, fazendo parte da minha vida. Não gostaria de cometer uma injustiça, de esquecer a importância de camaradas como Ariane e Natanielle por seu exemplo de dedicação e entrega pela efetiva transformação do mundo; Emiliano, por ser um valoroso amigo, além de militante é claro, e deter uma paciência e determinação inigualáveis em força; Luíza

Helena, Victoria, Géssica, Camila e Bruno, por toda a trajetória que construímos juntos e dedicação na luta por justiça social.

Tantas pessoas deveriam constar aqui, entretanto, nunca fui um sujeito muito preparado para estes momentos, por isso desde já peço desculpas pelo esquecimento, e reafirmo meus profundos sentimentos por cada uma destas pessoas e por tudo que representaram na minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se encontra a consolidação da Lei Federal N° 10.639/2003, que articula uma perspectiva de educação antirracista e a ideia de reeducar as relações raciais no seio da nossa sociedade, visando superar as desigualdades decorrente do pertencimento étnico-racial dos indivíduos, pensando uma sociedade democrática por completo. Para isso, da prática pedagógica que vem sendo desenvolvida por professores e professoras do Ensino de Sociologia no Ensino Médio, em algumas escolas da Cidade de Porto Alegre, para identificar ações bem-sucedidas de aplicação da referida lei, assim como as atitudes de boicote e limitações.

**Palavras-Chave:** Lei 10.639/2003. Ensino de Sociologia. Racismo.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gênero e tempo de docência .....	17
Quadro 2 – Formação inicial dos docentes e gênero .....	17

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	14
<b>3</b>	<b>ACOMODAÇÃO SUBALTERNA E SUBSERVIENTE</b> .....	18
<b>4</b>	<b>DEMOCRACIA RACIAL PARA O BRANCO</b> .....	22
4.1	POR UMA EFETIVA DEMOCRACIA RACIAL? .....	25
<b>5</b>	<b>REEDUCANDO AS RELAÇÕES ENTRE BRANCOS E NEGROS</b> .....	28
5.1	A PERSPECTIVA ANTIRRACISTA DE EDUCAÇÃO .....	31
5.2	A SOCIOLOGIA É UMA MATÉRIA DO TEMPO PRESENTE!.....	33
5.3	NÓS SOMOS UM POVO MUITO MISTURADO .....	40
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de perguntas</b> .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

O campo educacional brasileiro é cheio de demandas, tensões, desafios, chamando-o a ocupar, dada vez mais, diversos papéis para a sociedade. É comum ouvirmos discursos sobre o papel da educação na construção de uma realidade justa, em que os indivíduos tenham acesso as oportunidades ofertadas, já que ela distribui os conhecimentos necessários para incidir na sociedade. Este processo de disputa da perspectiva educacional revela, também, a força e magnitude de determinados grupos sociais em determinados momentos históricos.

Por isso, as perguntas do que ensinar, como ensinar, porque ensinar vem sendo ao longo da história, respondidas ora de uma forma, ora de outra, mas sempre apontando para um determinado grupo social mais organizado, com capacidade de fazer valer as suas ideias. Podemos perceber isto até mesmo em nossa Constituição, em 1988, os grupos religiosos conseguiram inscrever na Carta Magna, a obrigatoriedade do ensino religioso em todas as instituições oficiais de instrução. Assim como, desde 2003 passou a ser obrigatório o ensino da História da África e culturas afro-brasileiras, por pressão do Movimento Negro. Bem como, atualmente, vem sendo pretendido por grupos conservadores o Projeto de Lei "Escola sem Partido", que segundo Luiz Fernandes de Oliveira e Mônica Regina Ferreira Lins (2016, p. 156) é a "[...] produção de um discurso de criminalização de professores, de controle e estigmatização do conhecimento a ser produzido nos processos de aprender e ensinar, de defesa de uma moral e de uma ética totalitária [...]". Ou seja, o campo educacional é tomado por inúmeros enfrentamentos, que reflete o estado de ânimo da sociedade.

A sala de aula se torna uma arena, em que concorrem as interpretações sobre a sociedade, o que deve ou não ser transformado, o que deve ser permitido ou não, quais os comportamentos socialmente aceitos. E isto ocorre, mesmo que pelo silenciamento dos questionamentos, das demandas contrárias, através de mecanismos de "controle e estigmatização". O caminho percorrido pela Sociologia no Ensino Médio tem gravado esta disputa na sua busca pela institucionalização.

A Sociologia no Ensino Médio, desde 1891 é alvo de debate acerca da sua permanência ou exclusão dos currículos escolares no Brasil. Naquele ano, entrou

em vigor a Reforma Benjamin Constant<sup>1</sup>, que propunha a disciplina de Sociologia e Moral, entretanto que nunca se efetivou devido a morte do Ministro em janeiro de 1891. Que segundo Sandra Maria Mattar Diaz (2016), a Sociologia chegou a ser cogitada com disciplina obrigatória em razão da orientação positivista do autor, mas que mesmo assim "[...] a reforma estabeleceu o processo educativo sob o modelo seriado; ampliou o currículo das escolas brasileiras; o enciclopedismo inspirado pelo positivismo de Augusto Comte, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino" (DIAZ, 2016, p. 58).

Em 1925, a obrigatoriedade da disciplina retorna para os bancos escolares, na chamada Reforma Rocha Vaz<sup>2</sup> e mantendo a continuidade em 1931, com a Reforma Francisco Campos<sup>3</sup>, no início do período do Estado Novo. Em 1942, é retirada a obrigatoriedade da Sociologia, pela Reforma Capanema<sup>4</sup>, o que na prática representa sua exclusão dos currículos, porque "[...] seu ensino, quando ocorre, vem marcado pela perspectiva tecnicista, visando à busca de resultados objetivos" (BARBOSA; LUCILA, 2009, p. 120).

Na primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1961<sup>5</sup>, a Sociologia continua sem o caráter obrigatório, sendo de caráter optativo pelas escolas. Em 1971, é aprovada uma nova LDB, que em meio aos governos militares retira a Sociologias das escolas, inserindo outras disciplinas<sup>6</sup> que serviam para conter a reflexão e o debate, segundo Maria Amélia de Lemos Florêncio (2009). A partir da LDB de 1996, que vigora até os dias de hoje, com algumas alterações, se abriu o campo para a reinserção da Sociologia no Ensino Médio, pela lei 11.684/2008, já no período da Redemocratização (BRASIL, 2008). Em 2008, a disciplina retorna às salas de aula com caráter obrigatório, completando neste ano o seu decênio, com muitos desafios e possibilidades.

---

<sup>1</sup> A Reforma tem este nome, em razão do então Ministro de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant. Tratou-se de um conjunto de 21 Decretos-Lei editados entre 1890 e 1891, que instituiu a separação entre o ensino primário e secundário, tinha uma dimensão bastante liberal e positivista ao propor a separação da Igreja e as instituições oficiais de ensino.

<sup>2</sup> Reforma datada do ano de 1925, estabelecia a organização de um "Departamento Nacional de Educação", instituiu a seriação, procurou dar uma organização mais regular ao ensino secundário.

<sup>3</sup> Do ano de 1931, tem um caráter mais humanista, e permitiu a organização de vários cursos de Ciências Sociais pelo país.

<sup>4</sup> Com a Reforma Capanema,

<sup>5</sup> Lei nº 4024/61 (BRASIL, 1961), é a primeira a reconhecer a educação com um direito a todos. E que contém um caráter bastante privatista, na medida em que reflete o crescimento de camadas médias advindas do processo de industrialização.

<sup>6</sup> Organização Social e Política do Brasil (OSPB) no currículo obrigatório, juntamente com as disciplinas de Educação Moral e Cívica e a Educação Religiosa.

Neste sentido, a LDB N°9394/1996 é fundamental para compreendermos este, e outros movimentos do campo, na perspectiva de uma educação crítica, reflexiva, aberta ao "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" (BRASIL, 1996) e a diversidade étnica. Inserindo, no âmbito da educação formal no Brasil, uma nova perspectiva epistemológica e pedagógica. Do ponto de vista epistemológico, a legislação traça um caminho que busca ultrapassar o ensino do controle e estigmatização, ao reconhecer e valorizar a "experiência extraescolar" e voltado para o desenvolvimento da cidadania, a valorização da diversidade étnico-racial e uma atitude reflexiva das/os estudantes. Esta ótica repercute, em uma pedagogia adequada para lidar com estes desafios, que revise a tradição curricular comumente utilizada, para dar conta deste novo *ethos* de construção de sujeitos autônomos.

O esforço, a que nos debruçamos é captar como estas transformações têm ecoado através da Sociologia do Ensino Médio, seja pelos documentos legais (OCN's, PCN's) produzidos, o debate acadêmico, bem como pelas práticas encontradas nas salas de aulas. Procurando estabelecer um elo de ligação entre a teoria e a prática, para perceber em que grau a institucionalização da Sociologia como disciplina escolar têm se efetivado, e os desafios que ainda estão colocados para os profissionais da educação, os futuros profissionais, os sistemas de ensino. Mas não diminuindo o folego da discussão aos aspectos puramente institucionais, como profissionais capacitados, carga horária, materiais didáticos e paradidáticos mergulhando junto na análise dos aspectos epistemológicos que a Sociologia escolar também deve processar, sobre quais conteúdos ensinar e como ensinar: "[...] a reflexão sobre a categoria conhecimento escolar como um conhecimento com características próprias, recontextualizado a partir de necessidades da ação educativa. Isso implica considerar aspectos de ordem epistemológica" (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

E neste sentido, se trata de uma controvérsia científica das mais profundas, sobre como as intervenções pedagógicas dos/as professores/as funcionam positiva ou negativamente na produção de conhecimento. Essas intervenções devem operar articuladas com esta nova organização do campo educacional, que procura metabolizar a pluralidade dos grupos da sociedade, de modo a ser uma "[...] formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 02). Que só pode se efetivar.

Nesse processo, é importante compreendermos o processo histórico de organização da sociedade brasileira, em que o papel da raça tem peso proeminente, seja no passado com a escravidão, como no presente na manutenção de profundas desigualdades raciais entre brancos e negros, no acesso aos bens materiais e culturais disponíveis na sociedade brasileira.

Sendo assim, em um primeiro momento se faz necessário consubstanciar esta análise sobre o grau de importância para as relações étnico-raciais no Brasil. Para tal tarefa, apresentaremos a significativa literatura sociológica sobre o tema, enfatizando o caráter estruturante que a raça adquire no espaço social brasileiro, e como, em uma nação multiétnica, é sempre tido como superado ou menos importante. É relevante salientar que outras categorias sociais, como classe e gênero não são colocadas de lado, de forma que trabalharemos simplesmente com o papel desempenhado pela raça, mas desenvolveremos um argumento-explicativo que desnude o processo de apagamento do negro na nossa sociedade que favorece a exploração em outros âmbitos.

Logo em seguida, o papel desempenhado pela Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) no processo de reconhecimento e valorização do/a negro/a para a sociedade brasileira, como sendo um grupo com traços históricos distintos, que possui uma sociabilidade toda própria, que participa do corpo social de maneira desvantajosa em comparação com o grupo étnico branco por práticas discriminatórias que são reatualizadas no cotidiano, e não fazem parte de um passado distante somente.

Unindo a este debate, a tarefa colocada para a Sociologia do Ensino Médio, de trilhar novos caminhos epistemológicos para atingir seus objetivos na formação para cidadania de sujeitos capazes de agir autonomamente, a partir de suas ferramentas. Elaborando estratégias para enfrentar o desafio de romper com a produção de desigualdades baseadas no pertencimento étnico-racial.

A par a par, apresentar o grau de institucionalização da Sociologia escolar; a maturidade com que vem sendo desenvolvidas ações pedagógicas com enfoque nas relações étnico-raciais pelos/as professores/as de Sociologia; a magnitude do fenômeno de boicote a Lei 10.639/2003. Por fim, contribuir para uma educação antirracista no ensino de Sociologia no Ensino Médio. “Aqui, explicitamente, defendemos a ideia de que, com esses e outros temas sociológicos na educação pública, a sociologia tem um momento privilegiado com um público potencialmente transformador e crítico” (OLIVEIRA, 2014, p. 95).

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Há uma necessidade prática de acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas no aspecto da aplicação da legislação, na qual se baseia a educação para as relações étnico-raciais. Como já foi apontando anteriormente, a preocupação é especificamente sobre como a Sociologia escolar vem promovendo movimentos para atender esta demanda. O campo das Ciências Sociais no Brasil, desde o seu início, sempre contou com pensadores sobre a questões relativas a raça, o que possibilita não ser um desafio dos mais hercúleo para o cumprir a obrigatoriedade do Ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras.

De 2003 para cá se passaram 15 (quinze) anos, era de se esperar que a Lei 10.639/2003, que obriga os sistemas de ensino, as escolas e as práticas docentes desenvolvidas a refletirem sobre as relações étnico-raciais, estivesse plenamente adotada e substancialmente implementada. Já a Sociologia passou a compor os currículos escolares a partir de 2008, já sob este novo paradigma educacional. O objetivo é entender como os professores e as professoras de Sociologia no Ensino Médio têm combinado as suas ações pedagógicas em relação à Lei.

Assim, no enfrentamento dessas questões nas aulas de sociologia, as dimensões política e identitária são extremamente problemáticas, pois tentar aplicar a lei parece colocar em evidência que a discussão sobre o racismo pode provocar reações intensas, tais como a dor, a raiva, a tristeza, a impotência, a culpa, a agressividade etc., sem contar o fato de que a escola não é somente um espaço de construção de conhecimentos, mas também de relações interpessoais. Enfim, a Lei 10.639/03 mobiliza uma questão delicada nas relações sociais brasileiras que, historicamente, sempre se pautaram pela negação das tensões e dos confrontos de toda ordem. E na específica configuração de um professor que leciona sociologia, recém-instituída nos contextos escolares, e que deseja aplicar a referida lei, essa proposição nos lembra a afirmação de Martins (2000, p. 3), o qual afirma que '[...] fazer uma reforma de grande monta num setor social como a educação significa fazer política' (OLIVEIRA, 2014, p. 91).

Inverter a lógica do silenciamento e apagamento, sobre as o status étnico-raciais no Brasil, é o que se propõe a lei, por isso produz dor, a raiva, a tristeza, a impotência, a culpa, a agressividade etc. Estes sentimentos só podem ser processados, na medida em que, são oferecidas as ferramentas necessárias para tal empreitada e "[...] a Sociologia pode contribuir [...]: quer aproximando esse jovem de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates

em torno de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 105). Já que,

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 105-106).

Na busca de um critério objetivo, para a seleção das escolas alvo da investigação, optei por selecionar arbitrariamente as instituições públicas que estivessem nos bairros da Cidade de Porto Alegre que tivesse abaixo do nível médio de Índice de Desenvolvimento Humano. Primeiramente, a escolha por escolas públicas, foi feita em função da maior abertura destas instituições para receberem pesquisadores da área da educação e por permitirem serem alvo de investigação acadêmica, o que se provou verdadeiro durante a pesquisa de campo. Na cidade de Porto Alegre, por uma maior facilidade de deslocamento entre as escolas, já que o objetivo foi tentar alcançar o maior número possível de escolas no tempo que dispunha. O critério IDH é derivado do fato que a população negra está presente em percentuais significativos nas regiões com os índices médios ou baixos, no caso da cidade de Porto Alegre o IDH, no censo último de 2010, era de 0,805; as regiões com piores índices na capital têm 0,638, 0,659, 0,683, 0,685 e 0,714; nestas regiões os índices da população negra são de 38%, 20,91%, 32,05%, 38,50% e 20,77% para um percentual da população negra da cidade de 20,24%.

Através destes critérios foram selecionadas oito escolas, que tivessem o nível de ensino médio – em que há ensino de Sociologia –, foi realizado um total de oito entrevistas, não necessariamente um professor por escola, durante os meses de Abril e Maio deste ano. Das escolas selecionadas em duas não foi possível realizar a entrevista, pois em uma a equipe diretiva informou que não havia professor ou professora lecionando na instituição no momento que o contato foi estabelecido; e em outra o contato foi iniciado com o professor responsável pela disciplina, mas não realizada a entrevista por indisponibilidade do entrevistado.



O roteiro de perguntas procurou mapear por um lado às iniciativas de professores de Sociologia no Ensino Médio para a implementação da lei, e as atitudes bem-sucedidas; por outro as formas de boicote que vem sendo usadas, por docentes que conhecem a legislação e não a cumprem; e por fim, aqueles que desconhecem a legislação e o seu entendimento sobre a temática racial em sala de aula.

- 1 Identificar estratégias de professores de Sociologia no Ensino Médio, vem usando para o cumprimento da lei 10.639/03, apesar das tensões que podem provocar;
- 1.1 Perceber as tentativas bem-sucedidas, de professores/professoras de Sociologia no Ensino Médio, para o cumprimento da lei;
- 1.2 Desvelar as dificuldades que estes professores/ estas professoras encontram nesta trajetória;
- 2 Identificar, de mesmo modo, os processos de boicotes que existem em relação a lei, buscando coletar os principais argumentos e práticas;
- 2.1 Perceber os fundamentos, de professores/ professoras de Sociologia no Ensino Médio, para o descumprimento da lei, a relação institucional;
- 3 Identificar os professores/ as professoras, que desconhecem a existência da legislação.

Buscou-se realizar uma análise de conteúdo das entrevistas, procurando compreender as mensagens que estão embutidas nas falas das entrevistas, em que:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 09).

É importante ressaltar, no que estes objetivos ajudam a analisar a aplicação da Lei 10.639/2003 na Sociologia escolar. Inicialmente, distinguir os docentes que conhecem a legislação dos que desconhecem, para perceber até que ponto ela está presente nas rotinas escolares e quais as diferenças podem ser captadas entre uns e outros, no trato das relações étnico-raciais. Também, para compreender as estratégias positivas que vem sendo desenvolvidas para dar conta deste desafio epistêmico e pedagógico, e as técnicas de boicote que estão presentes e impedem o

cumprimento exitoso da proposta da lei. Para tal, as falas das\dos entrevistados serão fundamentais para esta discussão, para que a partir das experiências de sala de aula relatadas por eles apresentar algumas respostas.

O perfil das e dos professores que realizaram as entrevistas varia bastante

**Quadro 1 – Gênero e tempo de docência**

	<b>LECIONAM HÁ MAIS DE OITO ANOS</b>	<b>LECIONAM HÁ OITO ANOS</b>	<b>LECIONAM HÁ MENOS DE OITO ANOS</b>
<b>MULHERES</b>	02	02	-
<b>HOMENS</b>	03	-	01
<b>TODOS</b>	05	02	01

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Do conjunto de profissionais nenhum é tem formação na área de Sociologia:

**Quadro 2 – Formação inicial dos docentes e gênero**

<b>FORMAÇÃO INICIAL EM</b>	<b>HISTÓRIA</b>	<b>PEDAGOGIA</b>	<b>FILOSOFIA</b>	<b>OUTROS</b>
<b>HOMENS</b>	02	-	01	01
<b>MULHERES</b>	01	02	01	-
<b>TOTAL</b>	03	02	02	01

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Somente três professores trabalham em mais de uma escola. Sendo que os outros, além da disciplina de Sociologia, cumprem carga horária nas disciplinas de Artes, Ensino Religioso, Filosofia e História. Afirmam que é costumeiro desenvolver o conteúdo de outras disciplinas afins nas aulas de Sociologia, para suprir um eventual atraso de conteúdo ou para melhor utilizar a carga horária da disciplina de Sociologia, para não ficar ociosa por virtude de ser um conteúdo rápido e fácil de trabalhar.

### 3 ACOMODAÇÃO SUBALTERNA E SUBSERVIENTE<sup>7</sup>

“É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”<sup>8</sup>.

Abordar o fenômeno do Racismo à brasileira é, ao mesmo tempo, ir ao passado e refletir o presente como um processo de investigação, que relaciona a história pregressa com a reprodução da vida social no presente, pois a problemática do racismo atravessa a história de nossa sociedade, organizando papéis, dispondo de ampla aceitação tácita, mergulhada no apagamento. Fenômeno social que se reproduz suavemente, como uma harmoniosa canção que nos seduz, no encanta pela sua capacidade de funcionar sem regras declaradas publicamente. Inclusive, atitudes nitidamente racistas são entendidas como degradantes pelas normas da boa conduta, não podendo ser manifesto diretamente sem causar espanto, assombro.

E é justamente no qual reside a sua sutileza, seu refinamento, já que a sua existência é tolerada pela sociedade desde que confinada e bem camuflada, tomemos o trecho, da Lei nº3353/1888 a chama Lei Aurea, contido na epígrafe deste capítulo. Hegemonicamente, e o discurso oficial corrobora esta tese, a Abolição da Escravatura no Brasil ocorreu por um ato de benevolência, em que os cativos<sup>9</sup> foram libertos do regime de exploração escravagista e colocados na mesma condição que os sujeitos brancos. Entretanto, um olhar mais cético vai perceber que se processou, na verdade, foi uma reorganização na estrutura da economia para atender as necessidades dos brancos, relegando os negros a um abismo de miséria e desapossamento.

---

<sup>7</sup> Expressão tomada emprestada de Florestan Fernandes, em seu livro *O Negro no Mundo dos Brancos* (1972, p. 52).

<sup>8</sup> “A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Prinzeza Imperial Regente” (BRASIL, 1888).

<sup>9</sup> Segundo o Professor José Rivair Macedo (2016, s. p.), “[...] evita-se a designação ‘escravo’ ou ‘escravidão’ e opta-se por ‘cativo’, ‘cativoiro’ ou ‘trabalhador escravizado’ porque, em sua própria essência, aqueles primeiros vocábulos reproduzem a visão de mundo senhorial e reiteram as estruturas de dominação, ‘escravizando a memória”.

Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social (FERNANDES, 1972, p. 45).

Em outras palavras, a Abolição significou por um lado o fim do regime de trabalho forçado, ao mesmo tempo em que, não reparou o negro tanto das injustiças sofridas nem organizou as possibilidades desta população de participar ativamente da sociedade pós-abolição, pois não dispunham das técnicas sociais necessárias. Produzindo reflexos contemporâneos, no imaginário da sociedade como um todo, dado que não recuperou a figura do negro, tido como sujeito de segundo nível que serve ao trabalho forçado.

O processo de reatualização ou manutenção do racismo se alicerça nesses dois pilares – a imagem degradada do negro e a falta de oportunidades para a sua inserção –, uma vez que, nos atos de subjugação propriamente ditos, como insultos e discursos racistas, o ataque é sempre dirigido a *persona* do negro em uma tentativa de desqualificá-lo com havendo um "lugar do negro", "trabalho de negro", "coisa de negro", essencializando nessa população determinadas características pejorativas repassadas pelo tecido social.

Esses atos discriminatórios são estereótipos, arraigados no imaginário social como à reflexão do que seria o "mundo negro"<sup>10</sup>, para usar uma expressão de Florestan Fernandes. Eles servem tanto para a renovação do racismo – e da ideia de raça –, como para a manutenção da hierarquia social organizada durante o período da escravização, mas que não foi revertida em uma sociedade de relações raciais muito bem definidas, atendendo as necessidades do grupo branco na continuidade dos seus privilégios raciais no acesso aos bens materiais e culturais.

O que está em jogo é como os atores sociais utilizam a ideia de raça para demarcar seus lugares na sociedade, seja o elemento branco como o negro, em uma disputa. Por isso, os "[...] elementos vinculados à ideia de 'raça' são constantemente empregados para ressaltar ou reafirmar as diferenças existentes entre os indivíduos no espaço social e, dessa forma, sua utilização contribui para manter a hierarquia social" (MELLO, 2015, p. 312). São empregadas de forma diluídas, por meio de práticas cotidianas sutis desvalorizando a estética do negro,

---

<sup>10</sup> Uso a expressão fazendo referência tanto ao Professor Florestan Fernandes, em seu livro *O Negro no Mundo dos Brancos*. Bem como ao filósofo Franz Fanon, em seu livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*.

tutelando as formas de pensamento, capturando sua organização cultural, entre outras ações que buscam minar uma representação positiva do negro e da população negra, em seu conjunto.

Essas práticas cotidianas de perpetuação das desvantagens raciais, assumem na sociedade brasileira uma forma de arranjo específica, em que o preconceito fica dissimulado por atitudes cordiais de tratamento, que procuram no nível interpessoal estabelecer relações de convivência mais ou menos pacíficas no seio da sociedade entre negros e brancos. Entretanto, o que fica subjacente é a manutenção de padrões que inferiorizam o negro em relação ao branco, pois essas atitudes cordiais camuflam esta inferiorização ao servirem de bode expiatório para cancelar o discurso de uma sociedade igualitária e tolerante com as diferenças étnico-raciais.

O que fica diante de nós é uma subalternização do elemento negro, sendo encoberto pela polidez nas formas de tratamento, produzindo o que chamamos de racismo à *brasileira*, que perpassa o conjunto da sociedade organizando vantagens e desvantagens por um critério racial, mas sem nunca o afirmar publicamente. O racismo funciona assim, com um eficiente mecanismo que interdita a discussão sobre as desigualdades raciais, ao mesmo tempo, que a reproduz incessantemente.

Esse argumento, de que as relações raciais no Brasil são pacíficas, serviu e serve – ainda contemporaneamente – para reforçar a ideia de uma democracia racial, na qual brancos e negros partilham de uma interação harmônica. O que na prática não se confirma, assim como, assinalou o professor Florestan Fernandes:

O padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o 'negro' sob a sujeição do 'branco'. Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido, a distância econômica, social e política entre o 'negro' e o 'branco' será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito (FERNANDES, 1972, p. 40-41).

Compreender as relações raciais no Brasil, sem levar em conta a distribuição de renda, do prestígio social e do poder (FERNANDES, 1972) é analisar o fenômeno pela metade, já que estes elementos indicam a posição que cada grupo étnico ocupa na estrutura da sociedade e como o sistema de classificação racial exerce força para cima ou para baixo. Entender o que chamamos aqui de racismo a *brasileira*, significa olhar a existência de um sistema racial que difere de outras

formas de discriminação racial, em que a hierarquia racial se reproduz com "[...] um mínimo de conflito e sem nenhuma necessidade de segregação" (TELLES, 2003, p. 140).

A inexistência de conflito e segregação permite que a hierarquia racial persista, naturalizando e legitimando os espaços que cada grupo racial pode usufruir através do que Edward Telles chamou de "barreiras discriminatórias invisíveis", que obstaculizam a capacidade da população negra de ascender socialmente, e assim, perturbar a estrutura racial organizada em benefício do segmento branco da população.

A segmentação social mais importante na sociedade brasileira ocorre entre a classe média branca e a classe pobre e trabalhadora que na sua maioria é multi-racial mas principalmente não-branca. Embora a classe média branca consiga manter a distância de pessoas de pele mais escura através de uma hierarquia sócio-econômica que por muito tempo tem sido uma das mais desiguais do mundo, esta não é somente uma fronteira de classe. A raça é fundamental na determinação de quem ascende à classe média. Um sistema informal, mas altamente eficiente de barreiras invisíveis impede que negros e pardos das classes mais pobres entrem na classe média muito mais do que seus semelhantes brancos. Sendo assim, a posição socioeconômica dos não-brancos na sociedade brasileira deve-se tanto à classe quanto à raça (TELLES, 2003, p. 138).

O sistema educacional brasileiro representa umas destas "barreiras", na medida em que, as pessoas negras encontram os piores índices de qualificação no nível médio e no superior, como indica a literatura da área (CARREIRA; SOUZA, 2013; SOARES; GONZAGA, 2003; HENRIQUES, 2001), não conseguindo assim melhores posições no mercado de trabalho, mantendo taxas de renda mais baixas que as pessoas brancas, como demonstram os dados do IPEA (2017). A manutenção desta distância entre brancos e não-brancos, não é entendida como demonstração de desigualdade racial pela existência de uma ideia de integração entre as raças, que nunca se efetivou na prática.

#### 4 DEMOCRACIA RACIAL PARA O BRANCO

"Não é que neguemos ao negro qualquer valor, mas é melhor ser branco"  
(FANON, 2008, p. 58)<sup>11</sup>.

Para prosseguir, devemos recuperar uma dimensão relativa ao racismo do nosso cotiando à que se refere essencialmente ao elemento branco desta correlação de forças. Compreender o racismo não depende somente de observar a posição a que o negro está submetido, ou como outras minorias estão alijadas dos processos decisórios. Para que o fenômeno fique melhor entendido, é necessário apresentar como as desvantagens para um grupo significam vantagens para outros; ou melhor dizendo, como o grupo racialmente dominante se apropria de vantagens, quais os mecanismos que se utiliza para a manutenção do seu poder, como neutraliza que o grupo racialmente dominado reaja, ou seja, desvendar o racismo exige que saibamos medir a deseabilidade de sua reprodução.

Como exposto anteriormente, o padrão das relações raciais em nossa sociedade advém diretamente de um passado escravagista, que não foi ultrapassado se mantendo atual, proporcionando privilégios para o segmento branco da população. O que vemos na prática, é uma ideologia racista que inferioriza a população negra e distribui vantagens à população branca, à medida que esta se apropria dos bens materiais e culturais. O processo de espoliação da população negra, que se iniciou no seu sequestro em África e que se mantém durante toda a escravização no Brasil, continua pujante no atual modelo econômico vigente, em que está população recebe os piores rendimentos, está afastada dos espaços decisórios e não detém de reconhecimento da sua importância enquanto indivíduos dotados de capacidades intelectuais, artísticas.

A sustentação desta lógica está ligada ao comportamento político desenvolvido pelas elites econômicas brasileiras, sempre vinculadas à parcela branca da sociedade, que ao acomodar na sociedade os negros após a Abolição, não fez nada para permitir a sua reabilitação em quanto ser humano digno de direitos. Restou aos ex-escravizados e seus descendentes permanecer na penumbra, em meio a miséria sem alternativas a desenvolver na sociedade. Tal política foi

---

<sup>11</sup> Trecho retirando da obra *Peles Negras, Mascaras Brancas* (2008) de Frantz Fanon, autor Martiniano responsável por elaborar um estudo sobre os efeitos psicológicos do racismo.

elaborada e posta em ação pelas elites políticas e econômicas brancas que dominavam e ainda dominam o nosso país, objetivando a manutenção da sua hegemonia racial a frente dos cargos de maior prestígio social, inferiorizando aos negros as suas necessidades.

Não é à toa, que desde o fim do Século XVIII e durante as três primeiras décadas do Século XIX, houve uma maciça campanha de imigração europeia financiada pelos Governos Brasileiros, visando desenvolver industrialmente a economia nacional com sujeitos brancos, prescindindo de uma política que possibilitasse que a grande população negra existente ocupasse espaço nascente na República. Esta política serviu para que as elites mantivessem, por um lado os negros sem perspectiva de resolver os problemas sociais que lhes eram particulares – a falta de educação formal, a falta de moradia, o desemprego –, e por outro impediu que se tornassem racialmente dominantes, ao trazer indivíduos brancos de países europeus.

Esse esforço das elites, de impedir a participação satisfatória dos negros na sociedade, serviu como instrumento para a manutenção do seu poder, uma vez que, menosprezou a população negra que existia e trouxe sujeitos brancos para substituí-los no âmbito da produção e que não dispunha de condições de ameaçar a disputa do poder – porque tinha o entrave da língua falada, dos costumes desenvolvidos. Ao mesmo tempo, vemos ser amadurecida a ideia que uma nação mestiça, fruto da concorrência das culturas negras, europeias e indígenas, que convivem em harmonia dentro de uma cultura brasileira simbolicamente apresentada como a fusão daquelas, o que o professor Roberto Da Matta (1987) chama de "fábula das três raças", na qual este pensamento é utilizado para camuflar a dura hierarquia racial existente.

Esta ideologia produz uma realidade social, em que as hierarquias raciais não ficam abertas, pois este elemento mulato (mestiço) se comporta como uma peça que ajusta as tensões e inquietações, tendendo sempre a encontrar em nossa sociedade uma forma de conciliar laços de intimidade – formas de tratamento cordiais – e a persistência de hierarquias seriamente ajustadas.

Num meio social como o nosso, onde 'cada coisa tem um lugar demarcado e, como corolários, – cada lugar tem sua coisa', índios e negros têm posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados. É um sistema assim que engendra os laços de patronagem, permitindo



conciliar num plano profundo posições individuais e pessoais, com uma totalidade francamente dirigida e fortemente hierarquizada (DA MATTA, 1987, p. 76).

Assim sendo, temos em ação uma ideologia que encobre a estrutural hierárquica das relações raciais, por meio do que chamamos aqui de atitudes cordiais ou convivência pacífica: Nesta sociedade há em todos os níveis essa recorrente preocupação com a intermediação e com o sincretismo, na síntese que vem – cedo ou tarde – impedir a luta aberta ou o conflito pela percepção nua e crua dos mecanismos de exploração social e política (DAMATTA, 1987, p.83).

É importante ressaltar que esse sincretismo ou essa forma de mediação não se dá maneira igual para os grupos raciais, visto que o domínio da sociedade é privilégio do segmento branco e este o exerce para manter-se superior, o faz para impedir a "luta aberta", a que nos fala Roberto Da Matta (1987). Esta abertura que existe, no padrão de relações raciais no Brasil, contém uma exigência em que os sujeitos não-dominantes devem se ajustar a uma ordem social branca. “As portas do mundo dos brancos não são intransponíveis. Para atravessá-las, porém, os negros e mulatos passam por um abrambramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento” (FERNANDES, 1972, p. 16).

O que está em jogo, é uma "padronização e uniformização" que servem para os elementos brancos continuarem a exercer seu poder de mando, e representar a sociedade como reflexo das características específicas do seu grupo. A padronização, a que nos referimos, é a positivação de qualidades que só podem ser alcançadas conforme se embranquece a pele para atingir determinados cargos políticos, papéis de relevância artística e os principais espaços de prestígio social. Nesta relação, o "[...] ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente" (FANON, 2008, p. 60), e o ser negro tem uma deseabilidade de se tornar integrado à sociedade, de participar dignamente da sociedade e para isso é impellido a ser acomodar ao mundo branco.

Esta deseabilidade apontada na obra *Peles Negras, Mascaras Brancas* do pensador martinicano Frantz Fanon, trazida na epígrafe desta seção, do sujeito negro ao se voltar para o branco representa um dilema do ponto de vista da produção da sua identidade, e para a construção de estratégias que rompam com as estruturas que obstaculizam a elaboração de uma imagem positivada do negro, em contraposição a imagem comum relacionada a miséria, doenças e desvantagens.

Esse raciocínio neutraliza a capacidade dos negros de participarem da sociedade de forma plena, já que, a sua ambição não é por reconhecimento e sim para não ser comparado com os "negros sujos" <sup>12</sup>. Romper com esta lógica, exige que os negros ultrapassem a ideia de democracia racial e compreendam a necessidade da sua reabilitação na sociedade. Segundo Edward Telles (2003), os movimentos negros no Brasil sempre encontraram um grande entrave para suprir esta necessidade e combater a sua desvalorização, pois "[...] a crença no branqueamento divide um movimento potencialmente unido entre negros e mestiços, enquanto a ideia de democracia racial paralisa o movimento negro, ao negar a existência do racismo" (TELLES, 2003, p. 150).

#### 4.1 POR UMA EFETIVA DEMOCRACIA RACIAL?

Nos marcos, do debate sobre como suplantar a discriminação baseada na cor da pele, o Movimento Negro é um ator extremamente importante para a organização da comunidade negra e como catalisador de estratégias para alterar a atual realidade das relações raciais. Assim, trata-se de um movimento para "melhorar a condição de vida da população negra", e a denúncia sistemática a pretensa democracia racial, configurando-se como um movimento de características próprias bem demarcadas:

[...] o movimento negro organizado como um movimento social que tem particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc. (PEREIRA, 2010, p. 81).

Esse movimento se constitui na contemporaneidade a partir da década de 1970, com a fundação do Movimento Negro Unificado em julho de 1978. Segundo o professor Amílcar Pereira (2010), as principais bandeiras que orientam desde então é a:

[...] construção de identidades político-culturais negras, uma verdadeira democracia racial [ou] por uma autêntica democracia racial, por maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação, à

---

<sup>12</sup> Expressão pejorativa, usada para demonstrar o desejo do sujeito em não ser comparada com pessoas negras que tenham a cor de sua pele mais enegrecidas.

habitação. pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra [...]; extinção de todas as formas de perseguição [...] (PEREIRA, 2010, p. 99).

Ao longo dessas quatro décadas de enfrentamentos, tem-se produzido alguns efeitos positivos no sentido de reabilitar o sujeito negro como cidadão. Uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas com este objetivo, resultado direto das intervenções que o Movimento Negro, as chamadas ações afirmativas ou reparativas, como vem sendo designados por alguns setores.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 03).

Duas delas, especialmente, chamam a atenção por sua capacidade de incidir tanto sobre a participação dos negros no mercado de trabalho, como na reativação destes sujeitos como cidadãos de direito, as cotas étnico-raciais e a Lei 10.639/2003. As cotas dizem respeito a uma política de discriminação positiva, que busca conceder "[...] um tratamento diferenciado a certo grupo de pessoas por reconhecer que elas necessitam de ajuda ou apoio para que possam usufruir de forma igualitária de determinadas oportunidades que a sociedade oferece" (MELLO, 2015, p. 12). Permitem o acesso ao mercado de trabalho, através dos concursos públicos em diferentes níveis e cargos profissionais, o ingresso em cursos de graduação para uma formação acadêmica, o que viabiliza concorrer por vagas que exigem uma qualificação específica.

E a Lei 10.639/2003, que insere no ambiente educacional brasileiro uma nova perspectiva epistemológica, ao elaborar uma nova forma de entender o pertencimento étnico-racial, desnaturalizando a situação das relações étnico-raciais. Ela é significativa, no tocante ao reconhecimento e valorização da comunidade negra brasileira:

Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade,

ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 04).

Pensar os termos de uma "verdadeira democracia racial" é desenvolver estratégias para o exercício pleno da cidadania pelo sujeito negro, assim como para os outros grupos étnico-raciais que compartilham a sociedade brasileira. O que está em jogo é explicitar que a participação de múltiplos grupos raciais na sociedade deve ser baseada na noção de igualdade de oportunidades, em que esta democracia represente uma "sociedade justa, independente do seu pertencimento racial".

Realizar essa transformação exige outra forma de educar e se educar, na qual o pertencimento racial dos indivíduos não represente uma forma de hierarquização. Para isso, fruto de décadas de lutas e pressões pelo Movimento Social Negro, vem ganhando força o debate sobre uma educação antirracista que reorienta as relações interpessoais desde a socialização secundária, voltada para o combate "[...] a ideia de inferioridade/superioridade de indivíduos ou de grupos raciais e étnicos" (CAVALLEIRO, 2005, p. 11), pensando a educação com um processo formativo capaz de desencadear outra forma de se relacionar racialmente.

A perspectiva de uma educação antirracista é a de permitir que a o processo de socialização realizado pela escola seja benéfico para pôr fim a classificação racial dos indivíduos, caminhando assim "[...] para a compreensão integral do sujeito e no qual a diversidade humana seja formal e substantivamente respeitada e valorizada" (CAVALLEIRO, 2005, p. 11). Pondo fim, no ao preconceito e a discriminação que:

[...] no cotidiano escolar acarretam aos indivíduos negros: auto rejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública (CAVALLEIRO, 2005, p. 12).

## 5 REEDUCANDO AS RELAÇÕES ENTRE BRANCOS E NEGROS

Tem que acreditar.  
 Desde cedo a mãe da gente fala assim:  
 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.'  
 Aí passado alguns anos eu pensei:  
 Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado  
 pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas  
 psicoses... por tudo que aconteceu?  
 Duas vezes melhor como ?  
 Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez.  
 E sempre foi assim.  
 Você vai escolher o que tiver mais perto de você,  
 O que tiver dentro da sua realidade.  
 Você vai ser duas vezes melhor como?  
 Quem inventou isso aí?  
 Quem foi o pilantra que inventou isso aí ?  
 Acorda pra vida rapaz<sup>13</sup>.

Repensar as relações étnico-raciais nos espaços escolares, bandeira levantada por muito tempo pelo Movimento Negro, encontra na Lei 10.639/2003 um abrigo legal para se tornar efetiva no cotidiano escolar brasileiro. O objetivo proposto pela legislação é desnaturalizar o atual *status* em que se encontraram as relações étnico-raciais no Brasil, em que a hierarquia excludente é mantida e atualizada sistematicamente. Reconsiderar a forma como distribuimos vantagens e desvantagens raciais, passa por reabilitar todos os atores sociais como sujeitos de direitos, ou seja, indivíduos que dispõem uma participação igualitária na sociedade.

A Lei 10.639/2003 se configura como um agente de promoção da Cidadania e respeito a diversidade sociocultural, na medida em que, busca uma igualdade nas condições de vida de todos indivíduos independente do pertencimento racial. Ao encarar as relações raciais por esta ótica, da igualdade, ela propõe uma nova interpretação sobre a sociedade brasileira, estabelecendo que o respeito às multiplicidades de identidades raciais deve ser o nosso princípio norteador. Reconhecendo, que existem mais de uma forma de construção dos sujeitos, rejeitando – ou pelo menos afastando – a ideia de uma Nação forjada pela mistura de três raças e suas culturas, ela contribui para enfraquecer o mito da democracia racial considerando que se trata de culturas distintas coabitando o mesmo espaço geográfico, mantendo a sua autenticidade no contato com as outras.

---

<sup>13</sup> Trecho retira da música *A Vida é Um Desafio*, do grupo de Rap Racionais MC's. Em alusão à trajetória de vida dos sujeitos negros, para tentar atingir uma participação igual na sociedade

Reconhecer a originalidade das contribuições indígenas, africanas e europeias, para a formação da sociedade brasileira exige certa renúncia a princípios até hoje arraigados no imaginário social brasileiro. O Brasil não é forjado pela mistura, pelo hibridismo, pela fusão, mas sim pela coexistência de modos de ver e entender o mundo distintas, que guardam as suas singularidades:

Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 02).

Esta legislação representa também, uma mudança epistemológica profunda ao pôr no mesmo patamar as maneiras africanas, indígenas e europeia de interpretar o mundo. Representa reorganizar toda produção de conhecimento científico, para atender necessidade de pensar a sociedade brasileira como pluriétnica, e de práticas pedagógicas nas escolas que deem conta desse desafio, de preparar os sujeitos para esta sociedade "verdadeiramente democrática".

Esse entendimento decorre de uma atitude política, que alterar a condição racial que nos encontramos, reconhecendo as injustiças que até então foram cometidas e que se perpetuam em nossa sociedade, em relação ao tratamento a população negra, ao menosprezar todo o sofrimento pelo qual passou e os danos significativos que persistem, que impossibilitam a esta população uma participação saudável e digna na sociedade.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 04).

O combate à discriminação contra a pessoa negra passa por valorizar os seus traços característicos, seja no âmbito de sua estética, sua forma de organização religiosa, a sua história desde seus antepassados, reabilitando-o para a vida em

sociedade. O sujeito negro tem aberto na sua frente novas formas de participar da vida em sociedade, que não mais a de se integrar pela via do embranquecimento, ele pode usufruir da sua condição de ser negro e ser identificado como um sujeito com direitos.

Se trata de um processo de reeducação, encorajando tanto os indivíduos negros como os não-negros, a compreenderem estes sujeitos como capazes, dotados de atributos artísticos, intelectuais. Qualificado para exercer quaisquer funções na sociedade, seja nos momentos decisórios da vida política, econômica, assim como, amorosa, sexual. É justamente realizar a sua *segunda Abolição*, conseguir disputar de forma igual os espaços sociais com a população branca, ao recuperar o seu prestígio social vilipendiado pelos séculos de desrespeito e subalternização.

Reconquistar o seu espaço na sociedade não é obra do acaso ou sorte casuística, o sujeito negro só é capacitado em função das ações do Estado de reparar os males a que a população negra foi submetida durante séculos. Somente o Estado dispõe de recursos de toda sorte, para reequilibrar as relações étnico-raciais, levando em conta que foram suas ações de negligência, complacência e de permissividade que possibilitou o escamoteando da população negra durante toda a história.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 03).

A estratégia elaborada no Brasil para ultrapassar as desigualdades raciais passa por esta reeducação que me refiro, em que os estabelecimentos educacionais desenvolveram ações que reflitam sobre a situação do negro na sociedade, valorizando o seu patrimônio cultural e a sua comunidade. Por fim as discriminações passam por desfazer os estereótipos difundidos, que depreciam a imagem do negro como se fossem "[...] animais irracionais ou coisas, não sujeitos sociais: 'urubu', 'macaco', 'picolé de asfalto', 'a coisa está preta', 'humor negro', 'carvãozinho', 'filhote de cruz-credo', etc." (CAVALLEIRO, 2005, p. 13).

A Lei 10.639/2003 é um agente político para discussão sobre as relações étnico-raciais. A escola é um ator social que está implicado em desenvolver ações que a concretizem, e nas salas de aulas a sociedade é exposta, reinterpretada, disputada. Os professores e professoras são provocados a pôr fim aos atos discriminatórios reproduzidos cotidianamente tanto no espaço da escola, como na sociedade como um todo, e a difundir uma nova imagem do negro positivada.

[...] aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 09).

A construção de uma sociedade justa, onde grupos de diferentes pertencimentos raciais convivam em sem desigualdades e discriminações, não é responsabilidade somente das escolas. O papel a que as instituições educacionais são chamadas a cumprir é desnudar as discrepâncias existentes, e que privilegiam um grupo para o cumprimento de suas necessidades e obstaculizam a vida de outros, a partir de práticas corriqueiras e naturalizadas.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 06).

## 5.1 A PERSPECTIVA ANTIRRACISTA DE EDUCAÇÃO

Uma educação que ressalta as diferenças existentes entre os grupos étnico-raciais, serve para fazer pensar sobre a existência de mais de uma forma de compreender o mundo e construir a sociabilidade. Respeitar as diversas cosmovisões, que partilham a sociedade brasileira, é promover uma mudança



epistemológica no campo educacional, esse elemento é fundamental para a perspectiva de educação nas relações étnico-raciais. A legislação busca não somente tolerar outras formas de sociabilidade, mas produzir um novo entendimento sobre como se constitui o conhecimento, que a sociedade não pressupõe "uniformização e padronização" das culturas e uma só,

Ou seja, de imediato a legislação, impulsionada pelo Estado, pelos movimentos sociais e pela intelectualidade negra, mobiliza a proposição de uma mudança conceitual e epistemológica sobre identidade nacional, identidades dos sujeitos, interpretação da história e o questionamento profundo dos marcos eurocêntricos da razão moderna (OLIVEIRA, 2014, p. 84).

O que vai produzir tensões no âmbito da sua aplicação, tendo em vista que, os professores são instigados a reinterpretar a história e a romper com os "marcos eurocêntricos da razão moderna". Presentes desde a formação acadêmica nas universidades, nos cursos de formação continuada e que encontra na sociedade uma legitimação quase inquestionável.

No âmbito das práticas docentes, os sujeitos diretamente envolvidos com a aplicação da lei são desafiados a mudar suas posturas profissionais na medida em que devem questionar certos princípios fundadores de suas formações e que, num certo sentido, representam de fato um abandono e uma contestação de seus conhecimentos acumulados. E mais, para aqueles sujeitos que são mobilizados para tal tarefa, a lei mobiliza a construção de uma experiência singular, que é o julgamento de sua formação anterior num outro patamar epistemológico e pedagógico. Isso representa a criação de novas estratégias pedagógicas, o enfrentamento e o estabelecimento de conflitos identitários, políticos e até administrativos no âmbito escolar (OLIVEIRA, 2014, p. 84).

É importante salientar, que esta mudança epistemológica implica em uma transformação pedagógica que dê conta desses novos desafios. Uma ação pedagógica que repercuta no plano prático essas mudanças, que consiga acolher nos currículos, nos "marcos conceituais", nos "referenciais teóricos" e nas atividades didáticas posturas e comportamentos condizentes com esta perspectiva antirracista.

Nesse sentido, [os professores] são tencionados a reorientarem seus saberes da experiência nas relações raciais diante das posturas preconceituosas dos alunos e colegas de profissão, na medida em que devem encontrar mecanismos inovadores e inventarem situações didáticas para a desconstrução do senso comum e dos preconceitos. Essa é uma tensão formativa que se apresenta permanentemente e que se encontra no âmbito epistemológico e identitário (OLIVEIRA, 2014, p. 85).

É ilusório achar que essas transformações acontecem rapidamente, ou que não produzam processos de resistência, o padrão das relações étnico-raciais no Brasil vem sendo construído durante séculos, e qualquer mudança vai exigir que os sujeitos preocupados na sua efetivação participem desse processo. As dificuldades, que vem sendo encontradas para a aplicação, devem ser percebidas e metabolizadas para que possam ser apontadas soluções, por isso a necessidade de realizar campo para compreender que práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas.

## 5.2 A SOCIOLOGIA É UMA MATÉRIA DO TEMPO PRESENTE!<sup>14</sup>

Este capítulo procura discutir a importância da Sociologia no Ensino Médio, seus objetivos práticos enquanto disciplina escolar e como este fazer docente vem-se aprimorado nos últimos anos. Bem como, refletir a dimensão que ganha à educação para as relações étnico-raciais na prática docente.

Refletir sobre o Ensino de Sociologia, exige que se consiga dar conta de vários processos que estão relacionados à prática pedagógica em si. Por sua incipiente presença nos currículos escolares, a Sociologia escolar por muito tempo careceu de um objeto de análise reconhecido, percepção esta que subsidiou muitos argumentos contrários à sua presença, e por isso seria um conhecimento irrelevante por não apresentar um objeto científico. Críticos da sua presença nos bancos escolares, seja dentro do campo da Sociologia ou ligados a outras áreas de conhecimento, ressaltam a inconsistência da disciplina para a Educação Básica e se valem de dificuldades próprias do campo da educação em sociologia para conseguir desenvolver uma "discussão pedagógica e didática", e assim apresentar "[...] consensos a respeito de conteúdos, metodologias, recursos, etc." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 103).

Se debruçar no Ensino de Sociologia, exige uma reflexão sobre os impasses que o campo enfrenta para a sua legitimação e consolidação, como disciplina escolar e relevante para um Ensino Médio, que já encontra inúmeras dificuldades de cumprir com os seus objetivos. Neste sentido, a disciplina de Sociologia precisa estar conectada com as necessidades desta etapa da educação para a formação das e dos estudantes. “[...] embora haja poucas elaborações didáticas

---

<sup>14</sup> Expressão retirada da fala do professor 1M, durante as entrevistas realizadas.

sistematizadas no campo do ensino de sociologia, há muito que se aprender com a longa trajetória de discussão pedagógica e didática de outras disciplinas” (OLIVEIRA, 2014, p. 86-87).

É central debater quais são os objetivos que devem cumprir a sociologia no ensino médio. Nos últimos 10 (dez) anos tem sido desenvolvido um enorme esforço, tanto acadêmico teórico, passando pela edição de significativo volume de livros didáticos e paradidáticos, bem como pelos profissionais que estão nas escolas, de produzir materiais e linhas de orientações para a Sociologia Escolar delinear o seu objeto de ensino, e o seu foco de ação pedagógica. Em 2006, quando foram escritas as Orientações Curriculares Nacional para o Ensino Médio, fala-se em uma produção acanhada sobre a temática, algo em torno de dez publicações.

As pesquisas sobre o ensino de Sociologia ainda são bastante incipientes, contando-se cerca de dez títulos, entre artigos, dissertações e teses, o número de investigações efetuadas nos últimos vinte anos. Boa parte trata do processo de institucionalização da disciplina no ensino médio, o que demonstra que por um lado são pesquisas que buscam um enfoque sociológico sobre esses processos, e algumas poucas tentam discutir mais os conteúdos, as metodologias e os recursos do ensino, aproximando-se um tanto mais de questões educativas e curriculares ou relacionadas à história da disciplina. Cremos que isso também é fruto daquela intermitência da presença da disciplina no ensino médio, o que provocou um desinteresse de pesquisadores sobre o tema, quer no viés sociológico quer no viés pedagógico. Assim, não houve de modo sistemático nem debates nem registros dos processos de institucionalização da disciplina, sendo isso feito só muito recentemente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 104).

Esta dificuldade, passados 10 anos, vem sendo superada e se pode verificar pela quantidade de livro didáticos editados para a disciplina de sociologia, em 2015 foram escritos um total de 13 livros impressos e 10 livros digitais, para que fossem distribuídos nas escolas públicas de todo o país, foram aprovados 06 e 04 livros respectivamente. Já para o ano de 2018 (lembrando que o uso dos livros didáticos de sociologia é de três anos – 2015, 2016, 2017), foram inscritos 12 livros impressos, sendo aprovado o uso de 05 deles. Fora a esta produção de caráter mais didático, a produção acadêmica nas universidades vem sendo incrementada, segundo Anita Handfas (2011, p. 399), “[...] os dados [...] revelam que a despeito de ainda ser incipiente, já é possível identificar uma tendência crescente dessa produção, tendência esta que nos permite reconhecer a formação de uma comunidade científica sobre o ensino de sociologia”.

O que se têm desenvolvido não é somente pesquisa sobre a sociologia escolar, em seu aspecto mais formal – carga horária, formação inicial do professor regente da disciplina – mas também elementos relacionados ao conteúdo. As investigações sobre o ensino de Sociologia estão buscando compreender as

[...] formas da implementação do ensino de Sociologia nos currículos, nos recursos didáticos e na prática pedagógica do professor do que a uma compreensão mais ampla dos processos didáticos, elementos históricos e sociológicos que envolvem a presença da Sociologia no contexto escolar [...] identificamos que há um claro avanço nos estudos dedicados à análise do conteúdo e sentido atribuídos ao ensino de Sociologia em diferentes contextos, assim como uma maior preocupação em estudar os manuais, as representações de professores e alunos de Sociologia, a função do ensino de Sociologia e os desafios quanto às definições de conteúdos a serem ministrados nas salas de aula, além de trabalhos que se dedicavam a dicotomia da formação do bacharel (formação para a pesquisa) e do licenciado (formação para a docência) em Sociologia (BODART; CIGALES, 2017, p. 274-275).

Toda esta década, tem servido para que o Ensino de Sociologia vá se consolidando, dando os primeiros passos para a construção de campo de discussão, voltado para temática que escapam a sua intermitência ou a sua implementação como disciplina. Mas que busca debater dentro do campo temas como "[...] currículo, prática pedagógica, metodologia de ensino, concepções sobre a Sociologia escolar, institucionalização e trabalho docente" (HANDFAS; MAÇARIA, 2014, 2017 *apud* 2014, BODART; CIGALES, p. 265). A constituição deste "conhecimento escolar em sociologia" ainda está inconcluso, pois os processos de mediação didática das *teoria científica* para o *conhecimento escolar* exigem que a disciplina se aproprie de uma abordagem acessível, que ela se relacione com as realidades vividas pelos jovens estudantes.

O conhecimento escolar se forja na mediação didática pela escola dos conhecimentos da ciência de referência (Lopes, 2007). Essa mediação constrói, através da dimensão sociocultural dos contextos escolares, um conjunto de ênfases e omissões de conteúdos, mediações, analogias, metáforas etc. Condicionados por estas, se processa uma reconstrução de saberes que nos permitem constatar a existência de uma epistemologia eminentemente escolar. Nesse sentido, os professores de sociologia, ao elaborarem explicações para seus alunos, acabam por constituir novas formas de abordagem de conceitos científicos, não necessariamente equivocadas, assim como novas formas que facilitam a compreensão de conceitos. Os conceitos e conhecimentos sociológicos tornam-se ensináveis na medida em que a mediação didática avalia primeiramente a quem se está ensinando e a seu estágio de aprendizagem, muito diferente daquele conhecimento produzido na universidade, no qual o que é privilegiado é a exposição teórica (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

O conhecimento sociológico se constitui como uma disciplina escolar, na medida que consegue refletir sobre a realidade, ao se mostrar capaz de entregar ferramentas suficiente para que o/a estudante operacionalize no seu universo social. Neste sentido,

[...] o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 37).

Na prática é desenvolver uma série de competências que permitam a este educando dispor de uma maior capacidade de agir na sociedade, de produzir uma reflexão própria sobre a realidade que o circunda. Por esta característica, comumente se atribui a tarefa a Sociologia escolar um forte apelo para questões colocadas no âmbito da cidadania, muitas vezes sendo está a preocupação maior que é apresentada. Ou seja, a Sociologia serviria para dar as ferramentas necessárias para que um cidadão faça pleno exercício de seus deveres e direitos. Quando na verdade, esta é uma das características que é subjacente a um processo de análise, descrição e explicação da sociedade que o conhecimento sociológico prima por desenvolver. Sendo assim, o elemento principal dessa disciplina escolar é interpretação da realidade social, fruto da capacidade analítica-metodológica dela de *desnaturalizar e estranhar* os fenômenos sociais.

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 106-107).

Nas entrevistas realizadas no campo, estas representações estiveram presentes em algumas falas de professores/as. Por se tratarem de profissionais de áreas com ponto de contato com a Sociologia, como Filosofia, História, Geografia, Pedagogia, por muitas vezes os diálogos contam com expressões e pensamentos que não são intimamente sociológicos.

C: [...] fica então, é a ideia do senso comum né ... ah, é isso! Eles [os/as estudantes], costumam olhar e tirar uma definição rasa, rápida ... é isso eai, quando tu começa aprofundar trazer elementos mais interessantes... Mas olha compare isso!... Olha pense aquilo! ... Veja o que era o Brasil e o que é! ...As modificações! ... Aí eles conseguem ir aprofundando, não é que vai mudar a cabeça, não sei se a gente tem que mudar a cabeça de ninguém né, ... mas fazer pensar né...

1M: Olha a sociologia talvez seja, eu sou professor de história, mas eu reconheço! Talvez seja a matéria mais importante do ensino médio, mais importante do que qualquer outra, porque é a única matéria que vai de fato pensar a sociedade que você irá encontrar quando você sair daqui, é uma matéria do tempo presente, que enxerga o tempo presente. Que analisa raciocínio e interpretar o tempo presente, é uma ferramenta que o jovem irá ter para encarar aquela sociedade ali depois, que outra matéria que a gente tem fazer isso? Nenhuma! Nenhuma! No tempo presente, não tem a história lá até faz uma análise, mas sempre olhando para trás, a sociologia olha para frente, então eu considero isso importante, eu sempre passo essa ideia para eles, de que a sociologia é uma ferramenta para vocês.

As falas trazem um sentido, muito preocupado que a Sociologia seja um instrumento útil para ultrapassar o pensamento raso, rápido, o que se pode ser entendido como um processo de não fica no nível das representações que o senso comum produz, buscando desmistificar o "tempo presente". Os professores e as professoras ao falarem sobre os conteúdos que são privilegiados, durante as aulas, se referiram em todas as falas em conteúdo que giram em torno de aspectos introdutórios a Sociologia – principais autores, temática -, a desigualdade social, o mundo do trabalho, como componentes obrigatórios, que serão trabalhados.

2M: [...] a democracia tá! o que é a democracia? Em que consiste a cidadania? O que que são quais são os direitos humanos? porque aí eu trabalho também em filosofia, eu faço um link entre as duas disciplinas, tem horas que eu estou trabalhando tudo junto sabe? ... Então eu trabalho de uma vez só os dois conteúdos, que nem agora desigualdades sociais, eu tô trabalhando do 1º ao 3º ano e aí eu divido as desigualdades, a questão ética, racial, social emocional, gênero, todas as questões. Eu fui dividindo e fui trabalhando com eles, agora eu vou trabalhar no segundo ano... [...] [No] terceiro por exemplo, em sociologia eu tô trabalhando as instituições sociais, e o que são as instituições sociais, e para que servem, e quais as funções do Estado, né. Que ele exerce sua função e com isso os direitos da criança, né. Até onde vai o ECA, os direitos humanos. Também é função da filosofia, para que serve o ECA. O que que a gente faz com o ECA, até onde o direito é direito, e onde o direito realmente não é exercício de fato, né. O dever que eu tenho enquanto direito. Quais são os meus deveres dentro dos meus direitos, mesmo dentro dos meus direitos e eu também tem deveres para ter este direito.

D: [...] os conteúdos eu procuro assim meio que dá de acordo que eu dou também na filosofia, que fica mais fácil para mim, né. No segundo ano, praticamente só sobre trabalho... trabalho nas sociedades tribais, desenvolvimento trabalho capitalismo, e essas coisas no terceiro ano eu pego coisas sobre o direito cidadania e bastante coisa sobre ideologia política, essa coisa assim...

Podemos perceber que não existe uma unicidade sobre os conteúdos a serem trabalhados, nos três anos do Ensino Médio. Cada professor ou professora, pelo que podemos analisar das entrevistas, estabelece os conteúdos que irá trabalhar em cada ano seguindo o que a sua experiência acha mais pertinente e mais fácil de abordar. Quando olharmos, por exemplo, os eixos temáticos - Indivíduo e Sociedade, Cultura e Sociedade, Trabalho e Sociedade, Política e Sociedade - apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (2002) para serem desenvolvidos, podemos observar que as e os professores no dia-a-dia pulam de um para outro, no mesmo ano, sem um critério metodológico válido. Então, podem trabalhar a questão da cidadania no primeiro ano no início do ano letivo, e subsequentemente passar para os elementos da sociologia clássica relacionadas a constituição do conhecimento sociológico, conceitos teóricos.

T: [...] eu procuro sempre iniciar o ano com coisas mais de introdução... sobre os direitos de cada um que na sociedade, nós temos direitos e deveres, né... depois eu passo para um jogo... mais ou menos um jogo, com as palavras chaves da sociologia então democracia, cidadania, república, capitalismo, trabalho, cultura e a partir daí vou desdobrando trabalhando tudo junto.

O uso do livro didático, serve como uma espécie de estratégia para fugir de uma ordenação de conteúdo de uma forma caótica:

[...] é algo mais prático [referindo-se a sociologia em relação a filosofia], mais real assim... têm objeto pra eles fica mais fácil... não dá pra trabalhar teoria, mas han exemplos, comparações ... o livro é base pra o professor, mas não é base para aluno...

A fala do professor 2M, expõe que o raciocínio lógico que ele coloca nas suas aulas, e a escolha dos conteúdos, se dá pela sua leitura do livro didático, e que este livro não servia aos alunos, por ser, talvez, muito difícil a sua leitura.

Há uma dificuldade, em reconhecer e estabelecer uma ordenação lógica para os conteúdos que serão oferecidos, partindo das questões mais simples, mais básicas para a compreensão da realidade social, até as mais complexas, que pressupõe um acúmulo anterior de conhecimentos necessários. Uma interpretação possível, é que as e os professores não estão preocupados em respeitar o procedimento científico do método sociológico, que existe por detrás de uma proposta pedagógica, estando engajados em explorar a capacidade da interpretação

sociológica em tratar de assuntos do cotidiano do estudante, mas não preocupados em disponibilizar as ferramentas necessárias para que executem tal tarefa autonomamente, o que pode ser entendido com uma prática utilitarista da ação pedagógica em sociologia.

A crítica não é em relação a tornar o conhecimento científico em sociologia acessível aos estudantes do Ensino Médio, mas que este esforço não pode prescindir de um rigor metodológico. Os conteúdos a serem tratados, devem ser expostos de uma maneira lógica, a partir do que Mário Bispo dos Santos (2014) chamou do domínio da linguagem científicas usada pelo conhecimento sociológico para descrever os fenômenos sociais.

[...] a aquisição desses conteúdos na escola acontece a partir de uma perspectiva, de um sentido sobre o papel da Sociologia na formação do educando. Para muitos dos envolvidos com a disciplina naquele nível de ensino, ela forneceria um conhecimento reflexivo importante na formação do cidadão (SANTOS, 2014, p. 71).

A Sociologia escolar só cumpre o seu objetivo, quando consegue articular as realidades da/o estudantes, para "desenvolve uma consciência" (SANTOS, 2014), sem abrir mão do conhecimento do científico "[...] pois esta é que fornece os 'métodos testados e confiáveis, corpos acumulados de conhecimento, questões balizadoras, e arcabouços conceituais [...] Uma condição sine qua non de suas existências – fornece legitimidade e expertise a ambas'" (BURAWOY, 2006 *apud* SANTOS, 2014, p. 18).

Em que pese, estes aspectos sobre a ação pedagógicas das e dos professores, eles foram bastante contundentes ao falar sobre a capacidade de assimilação e de entendimento que os e as estudantes têm sobre as temáticas trabalhadas em sala de aula. E como se mostram atraídos pelas aulas de sociologia, pelo fato de poderem expor as suas opiniões, e que as aulas são um espaço para o debate. É o que pode ser chamado de uma abordagem espontaneísta (SANTOS, 2014), do ensino de sociologia, em que se discute a realidade social dos e das estudantes, a partir de temas como a violência, desigualdade social, ética, culturas juvenis, questões de gênero e raciais.

C: [...] a maioria gosta das aulas tem má má má ... um alcance interessante as aulas assim... Porque quando a gente discute, a partir de um fundamento que eles começam do simples... eles vão, vão vendo, que a



mais é complexa eles podem entender as relações da sua própria vida a partir dos conceitos de sociologia, eles conseguem abraçar coisa e gostar, então assim eu gosto das aulas eles gostam da aula ... tem claro que aqueles que acham um saco. bah sor de novo discutir esse negócio! bah é esse de novo! ... têm, sempre tem aqueles, é uma questão de perfil...

É possível perceber as repercussões que esta abordagem dá para o debate sobre o tema das relações étnico-raciais, no âmbito desta disciplina. Como já foi lembrado anteriormente, e de certa forma exposto, a Sociologia como área de produção científica, tem uma longa trajetória de análise das questões relativas a raça no Brasil. Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, percebemos significativo distanciamento entre o debate em um nível mais acadêmico e a compreensão que os docentes da Sociologia no Ensino Médio têm.

O objetivo proposto desde o início deste trabalho foi desvendar como os profissionais da Sociologia no Ensino Médio tem enfrentado, a partir da sua prática pedagógica, a produção de desigualdades baseadas no pertencimento étnico-racial dos sujeitos. Especialmente, pela sua capacidade de descrever, analisar, investigar a realidade questionando a naturalização das relações sociais.

### 5.3 NÓS SOMOS UM POVO MUITO MISTURADO<sup>15</sup>

Diagnosticar, como os professores de Sociologia têm abordado o tema das relações étnico-raciais em suas aulas, se mostrou bastante interessante e nos forneceu muitas informações valiosas. Bem como, procurarei demonstrar, o conhecimento que os mesmos têm sobre a temática, e como revela uma certa disputa política que se encontra intrinsecamente ligada a esta questão, segundo Luiz Fernando Oliveira (2014, p. 89), "[...] há uma tarefa pedagógica que se mescla com a dimensão política, e aplicar a lei nas aulas de sociologia significa discutir sobre o racismo estrutural que forjou e acompanha a sociedade brasileira até hoje".

Neste sentido, a discussão sobre o racismo, ou sobre as relações étnico-raciais de uma forma mais ampla, vem sendo entendida "[...] sempre na perspectiva da polêmica e do conflito" (OLIVEIRA, 2014, p. 89), cristalizando posições advindas do senso comum. Reproduzindo pensamentos e ideais que mantem o padrão desigual das relações étnico-raciais, por não estar mediado pelas ferramentas

---

<sup>15</sup> Expressão retirada da fala da professor 3M, durante as entrevistas realizadas.

necessárias para compreender como a dimensão sócio histórica que privilegia alguns sujeitos e limita oportunidades para outros opera.

Quando as e os professores foram questionados sobre a existência do racismo na sociedade, e sobre ações preconceituosas nas salas de aula, as repostas destoaram bastante:

D: [...] Olha é uma coisa até ontem mesmo eu estava pensando nisso, eu tava pensando, eu tava numa tristeza aconteceu, uma coisa na minha vida essa semana eu tava pensando, para que essa agressão toda, ressaltar essas diferenças. Eu não vejo, eu não sei se eu sou diferente, eu não vejo diferença. [...] Acho que as diferenças das pessoas são as pessoas independente do como elas são, mas isso surge bastante a questão do bullying, né. Eu tento sempre quando, né. Um chama o outro de não sei o que, eu eu falo respeito! O colega respeita! Eu tento sempre buscar tentar harmonizar o ambiente, mas surge bastante essa questão, eu dou uma aula sobre socialização que é uma parte que é do Tomazi (referência ao livro didático que a escola utiliza) mesmo, que é questão de diferenças de lugares de tu mora, que tu cresceu, e se tu mora numa favela, no condomínio fechado ou no país que tá em guerra, então eu acho que isso entrou bastante, depois eu faço uns trabalhos e aí eu peço que eles escrevam sobre isso...

L: [...] por bem nas escolas que que trabalhei sempre foram de periferia e eu não noto uma diferença assim eu acho que tem uma boa aceitação um bom respeito um nível agradável de civilidade ... aparece eventualmente algumas situações sim mas elas são pequenas são mínimas né... eu acho que o maior preconceito hoje existente é a questão da desigualdade... a desigualdade... a falta de oportunidade isso é muito mais visível [...] Não se nota uma diferença... todos são brasileiros... todos somos brasileiros e a um respeito bastante grande...

3M: ... nos aqui na escola nós temos os projetos né... e um deles a gente fala a questão do negro e tal mas lá em um determinado período do ano a gente enfatiza aí toda a escola em si trabalha... porque assim eu... eu costume muito falar em sala de aula que como estas questões do preconceito nós aqui [bairro onde fica a escola] eu não moro aqui tá viu... mas nós aqui [bairro onde fica a escola] é um povo muito misturado... aqui é uma mistura muito grande né então ninguém pode dizer ah eu sou puro... não existe... então eu sempre digo que alguém aqui tem um pezinho lá... eu digo porque eu ainda posso dizer porque eu também sou negra [...].

N: a gente trabalha as opressões... a gente tem aquele filmezinho vista a minha pele ...conhece... então a gente trabalha assim daí (inaudível) a gente não têm porque a gente não tem muitos alunos negros... por incrível que pareça não... a nossa escola é majoritariamente branca então a gente procura trabalhar mais os problemas que estão nos ... nos atacando olha assim olha .

[intervenção da supervisora]: é assim eu acho que a gente não nota na real os alunos que nos temos negros dentro da escola acho que também os mais carente né... que a gente ... mas a gente não nota assim um desconforto um diferença... não porque trabalhar isso ... eu pelo menos não noto... nunca notei assim nunca ouvi falar nada assim.

Sabe o que eu vejo que eu observo na questão do preconceito em relação aos negros principalmente a questão da religião... as religiões se o aluninho diz sou batuqueiro ... ou quando tu fala a questão da religião fulaninho é batuqueiro aí já começa as risadinhas e tal ... eu acho que as religiões e origem africana elas sofrem muito preconceito inclusive aqui... nós temos um líder comunitária que é mãe de santo e ela faz um trabalho social bem

legal e mesmo assim eu vejo na escola a religião ainda ... ela é inclusive entre os professores assim vista com preconceito...

Neste primeiro grupo de professores, é possível notar a tentativa de diminuir a existência de diferenças baseadas no pertencimento étnico-racial. Colocando como se fossem questões secundárias e que não fazem parte diretamente do cotidiano dos e das estudantes, ou que sejam temas relevantes para a Sociologia escolar. São usados vários argumentos para substanciar esta percepção, de que na escola não há muito alunos negros, por isso não seria necessário abordar a temática sobre as relações raciais, como se o pertencimento racial branco não estivesse implicado no debate sobre a desigualdade racial. Assim como demonstra, a incompreensão sobre que a lei 10.639/03 versa, mesmo que tenha afirmado conhecer tal legislação.

Ou então, se refugiar na ideia que determinada localidade é muito "misturada", como se isso eximisse totalmente a necessidade de trabalhar a questão das relações raciais. Entretanto, mais para frente na entrevista a própria professora relata um momento em que teve de intervir para impedir uma ação preconceituosa:

3M: ... porque aqui dentro a gente tá conseguindo vamos dizer assim, terminar com esta questão do... do eu sou mais branco eu sou mais preto... ou tu é muito preto ou tu é muito branco né... nós somos um povo onde tem negros têm brancos, mas que a gente muito muito misturado... [...] houve um período que os alunos entre si se tratavam o 'macaco' ih ih teve uma aula uns dois anos atrás que eu entrei na sala e um aluno entrou depois que eu estava lá... e quando ele entrou na sala ele disse assim mas essa sala tá fedendo a negro... ele era negro... ele é negro... ele não está mais aqui conosco né ele se formou-se, aí eu parei... eu sou muito assim sabe eu para tudo... para tudo, disse bem assim para tudo... só que os colegas ouviram, mas não sabe ih alguns sentiram-se ofendidos... outro não... mas fica todo mundo assim sabe... aí eu peguei e falei para tudo (inaudível) vocês ouviram o que o fulano falou... não! ... ele entrou em sala e disse está sala está fedendo a negro... negro tem cheiro... só quero que vocês me expliquem pra mim entender... negro tem cheiro... eles ficaram parados... aí não né se ele não tomar banho ele cheiro como qualquer outro, mas eu nunca soube que negro tinha cheiro... que negro tinha cheiro de negro... aí entramos em um debate claro.

Os e as professoras, aqui aparecem muito alinhados com a noção das misturas das raças, de uma convivência harmoniosa. Pensamento nitidamente, fruto da ideologia da democracia racial, o objetivo central das falas é provar que são casos isolados, ou que não são relevantes para serem alvo de ação pedagógica. Este comportamento dificulta o cumprimento da lei 10.639/03, porque procurar silenciar as manifestações do preconceito racial, ao invés de reconhecer estas, de maneira propor reverter este padrão.

Para o outro grupo de professores, o racismo existe e está presente no cotidiano das relações sociais, e que por isso merece ser reconhecido, para que, algum tipo de reflexão possa ser feita a partir disso. Isto não significa que necessariamente vá transformar a conduta dos indivíduos, mas influenciar positivamente na demonstração de que o pertencimento racial de cada sujeito é um critério de hierarquização existente.

2M: Ah eu acho que sim. Acho que toda a toda a novidade que se de novas sobre o assunto para a gente também é bem-vindo né porque a gente como eu digo para eles a gente é um país racista disfarçado né a gente diz que não há preconceito mas há há há preconceito em várias e várias formas [...].  
 C: [...] eles eles têm tem alunos muito interessados nestas questões quando tem que ler eles vão e buscam trazem informações interessantes mapeam situações e trazem né a gente consegue abordar estes temas... é o tema da questão de gênero é uma questão que ainda parece que não mas é... eles ficam meio assim quando tu fala então a ah ah ah ah se aborda... por exemplo o racismo no Brasil, mas ah o Brasil não é um país racista!, quer dizer não se dá conta que há o racismo velado muito grande perigoso, inclusive no brasil, né a gente consegue abordar estas questões... quando fala a questão das cotas é muito interessante como se divide a turma para discutir essas questões, ah mas ai tá diminuindo!, a raça menos inteligente e a mais inteligente! eles não se dão conta a questão é muito maior do que isso, mas fica então é a ideia do senso comum né ah é isso eles costumam olhar e tirar uma definição rasa, rápida é isso é quando tu começa aprofundar trazer elementos mais interessantes, mas olha compare isso! olha pense aquilo! veja o que era o Brasil e o que é! as modificações aí eles conseguem ir aprofundando não é que vai mudar a cabeça, não sei se a gente tem que mudar a cabeça de ninguém né mas fazer pensa [...].  
 1M: na questão da legislação sobre o ensino da cultura afro a gente está muito distante ainda muito distante... [...] Eles [os estudantes] já tem mais ou menos ideia o que é um conteúdo de aula porque meu pai estudou ... meu irmão mais velho estudou ... eu já estudei Sei lá no fundamental logo tenho que estudar aqui no ensino médio aqueles formatinho.. aí o sor vem querer dar aula de cultura afro isso daí não é aula! então eu posso fazer bagunça eu posso ser assim assado. isso passa aí isso é multiétnico o aluno Negro aqui na escola Em menor número já trabalhei em instituições que tinham alguns negros para eles a aula de Cultura Negra não é aula porque isto é o cotidiano dele logo porque você está me dando aula sobre coisas que eu vivencio ainda não se encontra introjetado na expectativa deles de ter aula sobre essas coisas. aula é ver o quê é diferente Não O que eu já vejo.

Quando, os profissionais da educação, responsáveis pela aplicação da lei, não reconhecem que exista o racismo, que exista uma distribuição desigual de vantagens e desvantagens, estão permitindo a manutenção do atual quadro. Por isso, a separação nestes dois grandes grupos dos que reconhecem a existência do racismo, e que por esta razão é alvo de suas ações em sala de aula. E outro que não reconhecem, não promove ações para valorizar a imagem do negro, e que acaba convivendo com atos discriminatórios sem enfrenta-los.

Dentro do grupo de professores e professoras que não reconhecem práticas discriminatórias, para com o grupo negro, não são encontradas nenhuma iniciativas visando o cumprimento da lei. Primeiramente, temos dois profissionais que nitidamente não trabalham as relações raciais nas aulas, pois durante a entrevista não respondem as perguntas realizadas sobre tentativas ou dificuldades para cumprir a lei, transparecendo o processo de silenciamento desta temática.

D: [...] eu tava pensando, para que essa agressão toda, ressaltar essas diferenças. Eu não vejo, eu não sei se eu sou diferente, eu não vejo diferença [...]. Acho que as diferenças das pessoas são as pessoas independente do como elas são, mas isso surge bastante, a questão do bullying, né.

L: [...] eu não noto uma diferença assim, eu acho que tem uma boa aceitação, um bom respeito um nível agradável de civilidade...

Enquanto outros dois relatam que tratam a temática como um tipo de "opressão", e é trabalhada juntamente ao tema da diversidade, o que não fica explicado é o tipo de abordagem utilizada, ou qual o objetivo de ser estudado pela Sociologia no Ensino Médio.

3M: nós temos os projetos né... e um deles a gente fala a questão do negro, e tal, mas lá em um determinado período do ano a gente enfatiza, aí toda a escola em si trabalha...

N: a gente trabalha as opressões... a gente tem aquele filmezinho, vista a minha pele ...conhece?... Então a gente trabalha assim, daí.

No outro grupo podemos encontrar algumas iniciativas mais visíveis de trabalhar as relações étnico-raciais nas aulas de Sociologia, visando reeducar as práticas preconceituosas assim como preconiza a legislação:

2M: Além da questão da etnia, a questão racial, [temos] alunos que usam o nome feminino, né. Em sala, então a gente sempre procura falar sobre igualdade, e o que é igualdade, o que que te torna igual. Então eu trago o texto para eles verificarem os termos, que mostram a desigualdade, porque às vezes eu procuro evidenciar isto, às vezes a desigualdade não tá no que tu fala, tá na maneira como tu olha, na tua postura na relação com o outro... De não aceitar o outro.

C: Mas são coisas polêmicas, qualquer situação hoje contemporânea que nós pegamos violência, questão de gênero, questão de Raça. Qualquer, qualquer conteúdo específico que é nosso particularmente. Que tempo atrás não tava dentro da escola, ele [o assunto] se torna uma coisa muito polêmica [...] Mas é interessante porque eles conseguem verbalizar um sentimento, talvez não seja um sentimento fundamentado, né... Normalmente não é no início, mas eles conseguem verbalizar um sentimento que eles trazem de casa, do meio que eles vivem, das mídias que eles assistem né... tem acesso e tal, eu acho que é bem interessante.

T: Eu sempre procuro vê, né... E falar um pouco, sobre como as tribos são afetadas de formas diferentes. A raça, o gênero... mostrando que existem diferenças assim...

Ainda assim, pode-se perceber certas dificuldades para o pleno desenvolvimento destas ações. Na fala de um dos entrevistados fica perceptível como esta dificuldade interfere diretamente em sua capacidade de trabalhar o tema: "[...] na questão da legislação sobre o ensino da cultura afro, a gente está muito distante, ainda muito distante..." (1M).

Podemos classificar o primeiro grupo como os que não cumprem a legislação. Em que os "processos de boicote", a que reveríamos anteriormente, revelam-se quando não admitem as desigualdades produzidas pelo pertencimento étnico-racial dos indivíduos, buscando silenciar a discussão. Fundamentam os seus argumentos e práticas de boicote, sob o véu do tratamento cordial entre os indivíduos e a buscam dissimular as manifestações do preconceito.

As tentativas bem-sucedidas que vêm sendo desenvolvidas demonstram a preocupação desses profissionais no cumprimento da lei, por perceberem a sua necessidade para o ensino de Sociologia. Ainda enfrentam algumas dificuldades em trabalhar os conteúdos da sociologia, relacionados com a questão racial, como por exemplo pensar o Mundo do Trabalho e a participação da população branca e negra neste espaço; ou participação de comunidades negras, sociedades recreativas, grupos religiosos, culturais; o funcionamento da estrutura democrática para grupos de pertencimento étnico-racial diferentes; ainda, o Estado de Direito e os direitos dos cidadãos independente da raça-cor.

De todos os profissionais que foram entrevistados nenhum comentou desconhecer a lei em si e o seu caráter obrigatório. Entretanto, todos os profissionais admitiram que não se sentiam suficientemente capacitados para efetivar o cumprimento da lei, até mesmo entre os que promovem ações buscando trabalhar as desvantagens entre as populações negra e branca, não inserem a perspectiva da valorização dos pertencimentos raciais de cada grupo: "[...] então por melhor formação dos Professores para que nós possamos nos apropriar deste conhecimento e também por tabela a cultura dos alunos" (1M).

A problemática da formação continuada é um elemento que está presente em todas as entrevistas, as e os professores a consideram deficitária para lidar com total domínio a história e a cultura afro-brasileira. E de fato, é complicado que estes

profissionais tenham que reorganizar toda uma maneira de pensar o conteúdo, levando em consideração as relações raciais como um eixo estruturante do pensamento, sozinho sem um apoio institucional. A legislação torna a/o professor a ator responsável pela aplicação da legislação, através de toda uma ressignificação dos livros didáticos, os documentos oficiais que orientam a prática docente, mas também constrange os sistemas de ensino a se prepararem, para dar conta desta formação.

Nesta lógica, a mantenedora das escolas é também responsável pelo fenômeno do boicote a lei 10.639/03, ao não dar maiores subsídios para os profissionais da educação ao cumprimento. Segundo a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), esse fenômeno está profundamente relacionado ao padrão de comportamento ao tema relativo ao pertencimento racial, pois é perseguida uma ideia de harmonia e convivência pacífica, em que se busca silenciar os debates que pensem sobre os aspectos mais perversos que o racismo e a discriminação racial produzem efetivamente.

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26º da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/ 2003, se devem muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não são tão escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis. No entanto, não há como desconhecer experiências desenvolvidas por professores negros e não negros, na sua grande maioria contando com apoio do Movimento Negro e que com certeza proporcionaram apoio para a formulação do Parecer CNE/CP 3/2004, bem como serviram de exemplo e suporte para que se execute esta determinação legal (SILVA, 2007, p. 500).

Esta pesquisa procurou estudar os efeitos que a lei 10.639/03 vêm provocando no ensino de sociologia, e como as e os professores tem se engajado para cumprir os objetivos da lei, de repensar as relações raciais no Brasil, sobre a perspectiva do reconhecimento e da valorização do pertencimento étnico-racial dos indivíduos. A análise dos resultados aponta que uma longa trajetória ainda precisa ser percorrida para que os objetivos possam ser atingidos, dentro do ensino de sociologia. Pois, além dos problemas relativos ao estabelecimento de conteúdos para um ensino de sociologia que deem conta de aliar a interpretação sociológica científica com as discussões que vêm sendo travadas no âmbito escolar, a

Sociologia escolar se mostrou bastante despreocupada em dar conta de um debate sobre as relações raciais.

Defender esse estudo da temática racial, nas aulas de Sociologia, é pela relevância que estas têm na sociedade brasileira, e por perpassarem as várias formas de organização da vida social, o mundo do trabalho, o sistema de ensino, a produção de saúde, a desagregação gerada pela violência. Ou seja, estudar sociologia sem levar em consideração as disparidades que são produzidas pelo pertencimento étnico-racial do sujeito, é impedir a compreensão de inúmeros fenômenos que atingem negativamente a maioria da população brasileira. Especialmente no Ensino Médio, em que a disciplina de Sociologia busca *desnaturalizar* e *estranhar* os fenômenos sociais, capacitando o/a estudante a pensar criticamente.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa deste trabalho foi perceber as áreas de contato entre o ensino de Sociologia no Ensino Médio e a lei 10.639/03 – síntese do projeto desenvolvido pelo Movimento Negro, para dar conta das desigualdades que historicamente a população negra vem enfrentando, fruto do padrão de relações que está estabelecido. Compreender como este contato está acontecendo é importante para que práticas pedagógicas e atitudes positivas sejam desenvolvidas, afim de possibilitar o efetivo cumprimento da legislação e a consolidação da Sociologia como disciplina escolar.

Pensar as desigualdades, produzidas pelo pertencimento etno-racial dos indivíduos, é procurar interpretar como são reatualizadas práticas discriminatórias que prejudicam a participação plena da sociedade pela população negra. Se trata de um objetivo de estudo intimamente sociológico, e que deve fazer parte dos currículos escolares, como parte de uma necessidade da sociedade que se preza democrática. Oferecer iguais condições de gozo da cidadania, aos grupos raciais distintos, é uma necessidade ainda atual, em que a escola é chamada a ser um dos canais promotores deste debate, à luz da lei 10.639/03.

O percurso percorrido neste trabalho, foi de apresentar uma parte da longa literatura sociológica sobre o tema da desigualdade racial, e os caminhos que vem sendo trilhados para manutenção do racismo como assunto tabu. O pertencimento étnico-racial dos sujeitos tem um significativo peso na estrutura da sociedade brasileira, em que, a parcela negra da população é condicionada a ocupar os setores marginalizados da sociedade, mesmo que de forma velada. O racismo no Brasil apresenta uma dimensão passiva e silenciosa, que perpassa todas as relações sociais que partilhamos, mas que não é posto à tona, ficando presente o tempo todo sem se pronunciar.

A cordialidade das relações interpessoais, em nossa sociedade, tem servido de subterfúgio para o preconceito racial de toda a sorte. Ou seja, a existência de um nível de pacífico de tratamento entre os indivíduos negros e brancos, não é um sinônimo de igualdade real e efetiva, pois mantém um padrão de relação-racial baseado na desigualdade e discriminação. Este padrão de relações raciais, impregnado de cordialidades e em uma convivência pacífica, tem nos impedidos de procurar ultrapassar esse sistema de hierarquização.

O padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o 'negro' sob a sujeição do 'branco'. Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido, a distância econômica, social e política entre 'negros' e o 'branco' será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito (FERNANDES, 1972, p. 40-41).

Reconhecer esta dimensão é fundamental para que consigamos cogitar uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual a distribuição do prestígio social, de qualidade de vida digna e o poder não fiquem restringidas a toda uma população em virtude da cor de sua pele. Neste sentido, que se trabalha a noção de reeducar as relações entre os sujeitos negros e brancos, para um padrão inclusivo que dê conta da multiplicidade de nossa sociedade.

Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 02).

No trabalho de campo, realizado nos meses de Abril e Maio, pode-se verificar como diversas destas questões estiveram presentes nas entrevistas realizadas, que buscavam perceber as atitudes e ações que veem sendo feitas por professores e professoras da disciplina de Sociologia. Talvez, a maior riqueza que pudemos captar é como o campo do Ensino de Sociologia está metabolizando essas questões, com seus avanços e limitações, produzindo um tipo conhecimento essencialmente escolar, preocupado com as experiências pregressas dos e das estudantes do Ensino Médio.

Essa aproximação entre o conhecimento escolar e as vivências dos e das estudantes, está sinalizado na quase totalidade das falas dos entrevistados, demonstrando que o conhecimento sociológico pode ser absorvido pela dinâmica escolar, e que está produzindo eco. As limitações mais relevantes, no tocante ao Ensino de Sociologia, que se obteve pelas entrevistas está na execução de uma metodologia coerente, que seja capaz de possibilitar a construção de um conhecimento autônomo pelo estudante. Já que, as práticas pedagógicas que foram informadas, se baseiam preponderantemente em uma *abordagem espontaneísta* fracamente preocupada em disponibilizar ferramentas de interpretação da realidade.

Em relação, ao que vem sendo realizado pelas professoras e professores da Sociologia escolar, para a reeducação das atitudes de preconceito e discriminação vinculados ao pertencimento étnico-racial, pode-se afirmar que são tímidas as iniciativas estabelecidas até aqui. Estudar a sociedade brasileira implica explorar o padrão das relações raciais no Brasil, porque este é um dado importantíssimo na organização e desenvolvimento da nossa sociedade. Sendo assim, deve ser tema das aulas de Sociologia no Ensino Médio, para subsidiar uma interpretação mais transparente e genuína das relações sociais.

As iniciativas bem-sucedidas, ainda encontram dificuldades de ultrapassar ações isoladas, e se conectarem com o conteúdo da sociologia de maneira mais robusta para que possa interferir no padrão das relações raciais, através da *desnaturalização* e *estranhamento* das atitudes e condutas prejudiciais a população negra, que permanecem pujantes na contemporaneidade.

Por fim, as áreas de contato entre o Ensino de Sociologia e a Lei 10.639/03, ainda devem ser alvo de mais investigações para que possam subsidiar comprometidas no cumprimento da lei, e da consolidação de abordagens metodologicamente mais solidas.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L.; LUCILA, B. Sociologia no Ensino Médio: entre a intermitência e o desafio. **Revista Três Pontos**, v. 6, n. 2, p. 119-125, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://tst01.lcc.ufmg.br/seer/index.php/revistatrespontos/issue/view/238>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500/30172>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.
- CARREIRA, D; SOUZA, A. L. S. **Indicadores da qualidade na educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em? <[http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores\\_RR\\_vf.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- CAVALLEIRO, E. dos S. Introdução. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

DA MATTA, R. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo á brasileira. In: DA MATTA, R. **Relativizando: uma Introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIAZ, S. M. M. **Sociologia no Ensino Médio no Brasil: da intermitência à invisibilidade**. 2016. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000061/00006178.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FLORÊNCIO, M. A. de L. A Sociologia no Ensino Médio: a trajetória histórica no Brasil e em Alagoas. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. Antunes F. de (orgs.). **Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio**. Maceió: EDUFAL, 2007. Disponível em:

<[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2669&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2669&Itemid=170)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

HANDFAS, A. O estado da arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Inter-legere**, Natal, n. 9, p. 386-400, 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4403/3591>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0807.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

IPEA. **Desenvolvimento humano para além das médias: 2017**. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

MACEDO, J. R. Entendendo a diáspora africana. In: FERNANDES, E.; CINEL, N. C. B.; LOPES, V. N. (orgs). **Da África aos indígenas do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MELLO, L. G. de. Discriminação em palavras: as queixas de racismo no mercado de trabalho gaúcho. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, p. 311-338, mar. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21889/14132>>. Acesso em: 29 maio 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Orientações curriculares para o Ensino Médio.** Brasília: MEC, 2006.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OLIVEIRA, L. F. de. Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 81-98, mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362014000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 mar. 2018.

\_\_\_\_\_; LINS, M. R. F. Conservadorismo político e a luta antirracismo na educação: novos e velhos cenários. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 8, n. 19, p. 156-176, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/30/27>>. Acesso em: 29 maio 2018.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SANTOS, M. B. dos. O PIBID na área de ciências sociais: condições epistemológicas e perspectivas sociológicas: as perspectivas pública e cosmopolita. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 55-80, jan./jun. 2014.

Disponível em:

<<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/61/36>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SILVA, P. B. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 63, 2007. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>>. Acesso em: 29 maio. 2018.

SOARES, J. F.; GONZAGA, M. T A. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-155, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a11v29n1.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

## APÊNDICE A – Roteiro de perguntas

Escola: \_\_\_\_\_

Data de realização da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Objetivo da entrevista:

1 - Identificar estratégias de professores de Sociologia no Ensino Médio, vem usando para o cumprimento da lei 10.639/03, apesar das tensões que podem provocar;

1.1 - Perceber as tentativas bem-sucedidas, de professores/professoras de Sociologia no Ensino Médio, para o cumprimento da lei;

1.2 - Desvelar as dificuldades que estes professores/ estas professoras encontram nesta trajetória;

2 – Identificar, de mesmo modo, os processos de boicotes que existem em relação a lei, buscando coletar os principais argumentos e práticas;

2.1 - Perceber os fundamentos, de professores/ professoras de Sociologia no Ensino Médio, para o descumprimento da lei, a relação institucional;

3 – Identificar os professores/ as professoras, que desconhecem a existência da legislação.

Critérios de inclusão: Ser professor/professora da rede pública estadual, na disciplina de Sociologia.

### Roteiro de Perguntas:

Área atividade docente:

1. Qual a sua formação acadêmica? Em que ano?
2. Qual o seu tempo de docência? E na rede pública estadual?
3. Qual o período que está dando aulas de Sociologia? Quantos períodos?
4. Você tem a prática de realizar o planejamento prévio das aulas?
5. Quais são os principais recursos didáticos, que são mais utilizados nas suas aulas? Todos estes recursos são oferecidos pela escola? Gostaria de algum material alternativo?
6. Os materiais didáticos da escola estão atualizados?

### Área Cidadania e Racismo no Brasil

1. Você identifica algumas diferenças sociais em nossa sociedade? Se sim, quais?
2. Você entende que exista racismo no Brasil? Se sim, quais seriam as manifestações dele?
3. Existe racismo na sala de aula, na escola? Se sim, tem algum relato?
4. Você consegue trabalhar a temática das relações étnico-raciais nas aulas? Acha isso importante?
5. Quais os recursos que utiliza para tratar sobre as diferenças étnicas?

### Área sobre a lei 10.639/03 (para os que conhecem e aplicam ou boicotam)

1. Você conhece a lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura da África e seus descendentes? Qual a sua importância?
2. Você recebeu alguma capacitação continuada, oficina, formação, sobre esta lei? Se sim, como foi?
3. Você tem acesso a materiais do Governo para a aplicação da lei?
4. Ela é uma temática na sua sala de aula?
5. Qual a importância que pode ser atribuída a esta lei? E quais as dificuldades para efetiva-la?
6. Quais ações são feitas na sala de aula, visando o cumprimento da lei?
7. Como é a receptividade dos/das estudantes em ao foco da lei (a afrodescendência) ?
5. Quais temas recebem maior atenção nas suas aulas?
6. Como estes temas estão conectados com a realidade do nosso país?
7. Quais assuntos você não consegue trabalhar que seriam pertinentes a Sociologia no Ensino Médio?

### Área sobre a lei 10.639/03 (para os que desconhecem)

1. Você conhece a lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura da África e seus descendentes? A escola realiza com regularidade capacitações?
2. Quais temas são mais tratados, no que se refere a realidade brasileira? Acha que falta algum ponto?